DISCURSO DA OPERAÇÃO "EUCLIDES DA CUNHA" (*)

(*) Discurso proferido de improviso no porto da Ceasa, quando da partida da operação "Euclides da Cunha", ao Rio Juruá, às 9:00 h do dia 18 de março de 1981.

"As primeiras palavras, neste encontro onde o Governo do Estado recebe uma lancha para os serviços do ITERAM e ela, com duas outras, partem para a Operação "Euclides da Cunha" no rio Juruá, serão palavras de agradecimento e de esperança. Superando a emoção e consciente de que essa providência se soma à da expedição ao Japurá, expressa para o Governo a crença absoluta de que todo esse patrimônio imenso - a terra e o homem - que a história nos legou, exige do político e do administrador, pela sua inteligência, pelo seu civismo, atuação que tendo como parâmetro os interesses da sociedade, revele sempre a preocupação maior com a grandeza da Pátria e o prestígio do Amazonas. Recebo assim, mais esta unidade fluvial que se incorpora à frota do ITERAM, para as atividades de regularização fundiária. O barco, construído sob a supervisão do empresário Max Teixeira, não tem nada de luxo, tendo sobriedade, simplicidade e bom acabamento para servir de instrumento de trabalho. Agradeço ao empresário, que não só cumpriu um atendimento comercial e industrial, mas se identificou com a causa que gerou a relação de negócio, que é a de realizar o progresso do Estado.

Eu me comprometi com o meu povo, com a minha gente, que enfrentaria a questão fundiária. Sabia que era difícil, e difícil tem sido realmente enfrentá-la, mas fascinante essa tarefa, face às perspectivas que se abrirão para o porvir. Deus colocou no meu caminho para ajudar-me homens devotados, com capacidade, com idealismo, que estão desenvolvendo esse projeto da estruturação fundiária. No desdobramento de todas as suas etapas vai possibilitar o ingresso, na dinâmica do processo econômico, de quantos estão forcejando para fazer através de seu trabalho, na terra sem título, o desenvolvimento; de quantos no anonimato das suas ações, nos estirões dos rios, nos infinitos dos beiradões, estão construindo um futuro melhor.

A política da terra, na nossa visão, dentro da nossa responsabilidade, não se esgota com o processo de regularização fundiária. Ela se amplia numa política agrária. Tem, portanto, dimensão singular. A terra não é só terra; a terra é importante em função do Homem; ela não é só capital; não é só instrumento de produção e não deve estar somente a serviço da grande empresa. Deverá estar a serviço também do posseiro, da pequena família, do homem só, que não tem máquina multiplicadora da ação, mas tem aquele capital fundamental que são os seus braços, a sua inteligência regada com o suor do rosto, na obstinação de sobreviver e de sustentar a família, de progredir. Na História do Brasil foi esse pequeno agricultor que garantiu o abastecimento das cidades. No Amazonas é ele que nos garante, também, praticamente a produção de gêneros alimentícios. Por isso é que o Governo do Estado está tentando inaugurar, ao lado da expedição dos títulos para acesso à propriedade, para integração ao processo econômico com possibilidade, portanto, de uso de crédito, o Governo do Estado, repito, está, da Justiça da Terra, da Justiça para o trabalhador rural, diminuindo as clamorosas injustiças constatadas nesse setor.

A minha preocupação com a justiça agrária é antiga e pessoalmente tenho me empenhado pela sua implantação. No Senado apresentei Emenda Constitucional criando a Justiça Agrária, dentro da estrutura do Poder Judiciário. O meu ideal, a esse nível, não frutificou. Tive a oportunidade, quando da inaugu-

ração do ITERAM, de traçar um histórico com relação à existência da Justiça Agrária em diversos países. Aqui, no Amazonas, estou tentando inaugurar uma experiência inovadora com a Comissão da Justiça Agrária. Fundamentalmente, essa Comissão de Justiça Agrária, presidida por um procurador do ITERAM, deverá ser estruturada com a participação de representante dos trabalhadores rurais e de representante dos empregadores da área rural. Essa proposta, tanto quanto percebo, não contou com entusiasmo, - é preciso que se denuncie isso, - da área do patronato rural. Estamos insistindo (na sua composição) e vamos propor à Assembléia Legislativa que, no caso da omissão e da delonga de qualquer das entidades integrantes do sistema de representação classista rural, o Governador proporá a nomeação de pessoas idôneas, independentemente de indicações capazes de compor o órgão para que, no debate, na controvérsia, se busque fazer justiça ao posseiro, àquele que não tem capacidade de buscar, através do Poder Judiciário, a defesa de seu patrimônio construído com o suor de seu rosto, com o esforço da sua família.

Quero ressaltar, perante os meus colaboradores, que esse é um empenho a que confiro o maior interesse. Quero abrir caminhos para que o pobre, o posseiro, aquele que trabalhou a terra e que está desamparado, que não pode promover vistorias no Judiciário, que se acha acuado pelo proprietário economicamente forte e de influência na Sociedade e nas estruturas do poder, quero que este homem tenha, no ITERAM, o abrigo para que a Justiça se faça, a fim de garantir não só o mínimo para a sua subsistência representado por um pedaço de terra. O país, com o desenvolvimento, vai continuar crescendo e os problemas, na área rural, vão se multiplicar; é imperativo, portanto, que nos instrumentemos, a fim de que os humildes não sejam espoliados e os grandes tenham por sua vez assegurados, normalmente, os seus direitos e que todos, sumissos à lei e dentro da ordem, se projetem na vida social e econômica.

A democracia que o Presidente João Figueiredo prega, que nós, da nossa parte, nos esforçamos para efetivar no Amazonas, não é uma democracia nominal. O PDS, que é um partido da renovação e da transformação, que terá de por de lado a carga de muitas concepções egoístas e ultrapassar conceitos arcaicos e que vivem do convencionalismo e que marcam suas lideranças mais velhas, para se realimentar no idealismo quente da mocidade, o PDS quer, efetivamente, construir pela renovação e transformação, uma sociedade em que o valor substantivo marcante, característico sejam o Trabalho, a Justiça e a Paz.

A ação que estamos desenvolvendo no ITERAM também é importante no que se relaciona com o patrimônio do Estado. O Estado tem sido negligente no que se refere à questão da terra; o ordenamento e o cadastramento das suas propriedades, a administração das terras públicas e de sua responsabilidade são tarefas que estão sendo enfrentadas.

Aos jovens engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, cartógrafos, à tripulação que se abriga nesses três barcos, desejo que desenvolvam um trabalho que alcance o sentido histórico da missão e que seja, portanto, marcado por um sentido de profunda responsabilidade. Esse não é um trabalho diferente daquele que estamos fazendo no convênio com a Sudhevea, de levar saúde para o interior. As distâncias dos

rios, exigem a modificação das estruturas e dinâmica especial para o atendimento das necessidades das populações interioranas; e essa operação que nós denominamos de "Euclides da Cunha", em homenagem àquele que viu a Amazônia, que a sentiu e que tentou interpretá-la, e que talvez não tenha elaborado a maior obra sobre a nossa região porque a morte o levou tão cedo, - a Operação "Euclides da Cunha" representa, portanto, essa tentativa.

Preciso que todos esses técnicos tenham consciência de que o trabalho deles não se esgota na identificação das propriedades e das posses, no levantamento cartográfico, nos desenhos dos mapas com todos os caprichos e necessidades que a natureza oferece. O trabalho deles é um trabalho que se poderia fazer de século em século. É possível que eles estejam recordando o trabalho de Silva Coutinho, que por volta de 1.863, militar e engenheiro, percorreu, em missão do Governo do Estado, o Japurá, o Juruá e o Madeira, levantando os problemas, identificando rios e legando acervo de observações nos relatórios ainda hoje, extremamente válidos. Nós repetimos, portanto, aqui, os caminhos de Silva Coutinho dentro da modernidade que o país alcançou e com o mesmo sentido de integração. Nas comemorações do segundo ano do atual Governo, este talvez seja o ato tenha mais profunda significação para o futuro. Desejo aos engenheiros e à tripulação, aos técnicos, uma viagem cheia de trabalho, de dedicação, um clima de paz, de ordem, uma viagem que, através do sacrifício, do sentido de aventuras, signifique que todos que estão engajados na missão, estão se propondo a fazer a História plantando as sementes do desenvolvimento, buscando a construção de uma civilização adequada ao sistema ecológico regional, e onde paire sempre a legenda da paz, da ordem e da felicidade".

Governador José Lindoso

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br